

CRIAR, GERIR E REPRESENTAR TERRITÓRIOS URBANOS. DUAS PLANTAS PORTUGUESAS DA SEGUNDA METADE DE QUINHENTOS*

MÁRIO JORGE BARROCA**

MÁRIO GONÇALVES FERNANDES***

Resumo: *Os autores analisam duas plantas urbanas quinhentistas do Norte de Portugal — as plantas De Guimarães e De Vila do Conde — sublinhando a sua função enquanto instrumentos de gestão de espaços urbanos. É analisado o percurso destas plantas, que se conservam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e a conjuntura histórica em que as mesmas foram produzidas. Neste contexto, é proposta uma data para a criação destas duas plantas (c. 1562-1566) e identifica-se o seu encomendador (D. Duarte, 5.º Duque de Guimarães e Senhor de Vila do Conde). E propõe-se que o autor destas excepcionais plantas tenha sido o arquitecto Simão de Ruão.*

Palavras-chave: *Guimarães; Vila do Conde; Simão de Ruão; Plantas Urbanas; Século XVI.*

Abstract: *The authors analyze two 16th century urban plans from the north of Portugal — the De Guimarães and De Vila do Conde plans — highlighting their function as management tools for urban spaces. The course of these plans, which are preserved in the Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, and the historical context in which they were produced are analyzed. In this context, a date is proposed for the creation of these two plans (c. 1562-1566) and their commissioner is identified (D. Duarte, 5th Duke of Guimarães and Lord of Vila do Conde). It is also proposed that the author of these exceptional urban plans was the portuguese architect Simão de Ruão.*

Keywords: *Guimarães; Vila do Conde; Simão de Ruão; Urban plans; 16th century.*

A abertura da Rua de Santa Catarina das Flores constituiu a segunda experiência portuense na área do «urbanismo criado», depois da pioneira experiência que fora o planeamento e a abertura da Rua Nova — a «Rua Formosa» de D. João I —, iniciada em 1395 e cujas obras se prolongaram até c. 1474¹. Com efeito, tal como a Rua Nova, também a Rua de Santa Catarina das Flores resultou de uma iniciativa régia que conduziu à abertura de uma rua de traçado rectilíneo, a partir da qual se procedeu ao loteamento

* Os autores não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.

** Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Departamento de Ciências e Técnicas do Património). Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>). Email: mbarroca@letras.up.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7432-3089>.

*** Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Departamento de Geografia). Investigador do CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Email: mgfernand@letras.up.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9684-2170>.

¹ AMARAL, DUARTE, 1985: 13.

e à urbanização do espaço. Este conceito, de rasgar primeiro e lotear depois, é essencialmente *moderno*, uma vez que, ao invés da opção predominante na Idade Média, em que a rua se construía pela justaposição de lotes urbanos, com percursos sinuosos ditados por estes, agora era a rua que determinava o loteamento e o ordenamento espacial. Estamos, portanto, perante «urbanismo criado» ou «planeado». O tema que iremos tratar não se relaciona diretamente com a Rua das Flores, cujo quinto centenário estamos aqui a assinalar, mas diz respeito à emergência de um conceito, igualmente *moderno*, de representação e gestão do espaço urbano. Referimo-nos a um conjunto de materiais gráficos, extremamente interessantes e importantes, que configuram uma das grandes novidades de Quinhentos: a capacidade de representar grandes espaços urbanos em plantas dotadas de um enorme rigor técnico. A criação de plantas urbanas com esta dimensão e com esta exactidão, que exigia um significativo investimento de meios humanos e económicos, não pode deixar de ser equacionada com a necessidade de se criar representações dos espaços urbanos para melhor os poder gerir.

As duas plantas que serviram de base a esta análise — realizada a ‘duas mãos’, com uma abordagem histórica e outra geográfica — encontram-se hoje depositadas na Biblioteca do Rio de Janeiro, e tiveram um percurso relativamente atribulado. Começaremos por traçar esse itinerário, desde a biblioteca privada de um clérigo português até ao Rio de Janeiro.

As plantas a que nos referimos — a planta *De Guimarães* (Fig. 1) e a planta *De Vila do Conde* (Fig. 2) — já foram abordadas em diversos estudos. Maria Dulce de Faria, que foi responsável pela identificação da primeira, dedicou-lhe atenção em vários dos seus trabalhos². Mais recentemente, a planta vimaranense foi analisada por diversos autores: por José Ferrão Afonso, Marta Oliveira e Sílvia Ramos³, e pelas arquitectas Maria Manuel Oliveira e Maria Inês Graça⁴, tendo também sido utilizada no doutoramento da segunda⁵. A planta de Vila do Conde foi utilizada por Amélia Polónia⁶ e estudada por Eliana Sousa⁷. E os titulares deste texto, em circunstâncias distintas, também já se debruçaram sobre estas plantas⁸. Registe-se, por fim, que estão mencionadas no *Catálogo do Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*, publicado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁹. Como iremos ver, elas integram um conjunto de materiais cartográficos que também já tem sido objecto de sucessivas análises. Se apenas nos circunscrevermos às plantas urbanas, registamos que as

² FARIA, 2003; FARIA, 2011.

³ AFONSO, OLIVEIRA, RAMOS, 2013: 11-13.

⁴ OLIVEIRA, GRAÇA, 2017.

⁵ GRAÇA, 2022.

⁶ POLÓNIA, 2007.

⁷ SOUSA, 2013.

⁸ *Vd.* FERNANDES, 2021; FERNANDES, 2009; BARROCA, 2014.

⁹ AA. VV., 2016, n.º 61 e 62.



Fig. 1. Planta De Guimarães. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, AA. VV., 2016



Fig. 2. Planta De Vila do Conde. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, AA. VV., 2016

plantas do Funchal foram estudadas por Rui Carita¹⁰ e que a planta de Sesimbra foi estudada por Rafael Moreira¹¹.

As duas plantas que nos interessam particularmente integravam um *Atlas Factício* que pertencia à biblioteca de Diogo Barbosa Machado, um religioso português nascido em 1682 e falecido em 1772. Diogo Barbosa Machado era um erudito com uma cultura assinalável. Foi um dos cinquenta Académicos de Número da Real Academia da História Portuguesa, fundada em 1720 por D. João V com a incumbência de escrever uma «História Religiosa de Portugal»¹². Diogo Barbosa Machado era detentor de uma biblioteca privada de notável dimensão, que serviu de suporte a uma das suas obras mais conhecidas: a monumental *Bibliotheca Lusitana Historica, Crítica e Chronologica, na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras que compozeram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente*, uma obra em quatro volumes, editada em Lisboa entre 1741 e 1759 (que conheceu uma 2.^a edição em Coimbra, 1965), uma obra cuja consulta continua a ser útil nos nossos dias. A sua biblioteca particular contava com 4301 obras, repartidas por 5764 volumes, onde, para além de livros, se contavam gravuras, manuscritos e vários exemplares de cartografia.

Em 1770 Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, arcebispo de Évora e colega de Diogo Barbosa Machado na Real Academia da História Portuguesa, negociou a cedência da biblioteca de Diogo Barbosa Machado ao rei D. José I, para colmatar a perda da Biblioteca do Paço Real de Lisboa, que ardera no incêndio que se sucedeu ao terramoto de 1 de Novembro de 1755. A troco de uma prometida pensão vitalícia, que nunca chegou a ser paga (porque Diogo Barbosa Machado faleceu, entretanto, a 9 de Agosto de 1772)¹³, a sua biblioteca foi cedida ao monarca e passou a ser a Biblioteca do Paço Real de Lisboa. Depois da morte de Diogo Barbosa Machado, o fundo bibliográfico continuou a ser ampliado, atingindo a cifra de vários milhares de volumes. Em 1807, com as Invasões Francesas e a deslocação da família real para o Brasil, preparou-se a sua transferência para o Brasil, o que veio apenas a acontecer entre 1810 e 1811¹⁴. Nessa altura referem-se cerca de 60 000 volumes, número por certo inflacionado, mas que dá uma ideia da importância do acervo bibliográfico e documental reunido ao longo de cerca de quatro dezenas de anos.

¹⁰ CARITA, 1982.

¹¹ MOREIRA, 1994; MOREIRA, 1997.

¹² Foi no âmbito dos seus trabalhos que, na *Collecção dos Documentos e Memorias da Real Academia de História Portuguesa*, se publicaram os primeiros estudos sobre dolmens em Portugal (porque os monumentos megalíticos eram entendidos como «altares» de cultos ancestrais...).

¹³ Por ocasião da sua morte foi publicada a *Oração Fúnebre nas Exéquias do Reverendo Senhor Diogo Barbosa Machado, Abade Reservatario da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Cever, e Académico da Real Academia da Historia Portuguesa, celebradas na Ermida de N. Senhora da Conceição do Sítio de Rilhafoles Em o dia 9 de Setembro do anno de 1772*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1773.

¹⁴ SCHWARCZ, 2002.

Quando se deu a Independência do Brasil, a 7 de Setembro de 1822, uma parte significativa da Biblioteca Real permanecia no Rio de Janeiro, apenas diminuída dos duplicados, que tinham sido deslocados para a Biblioteca da Bahia. Na Convenção Adicional ao Tratado de Paz, Amizade e Aliança, assinado entre D. Pedro I, imperador do Brasil, e D. João VI, rei de Portugal, de 29 de Agosto de 1825, o governo brasileiro pagou 2 milhões de libras ao governo português como indemnização dos bens que ficaram em território brasileiro, entre os quais se contava o precioso acervo da Biblioteca Real. E, assim, a Biblioteca do Paço Real de Lisboa passou a ser património brasileiro.

Entre os muitos volumes que compunham esta biblioteca contava-se o *Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*. Como a sua designação moderna indica, esse atlas era formado pela justaposição de plantas de proveniência diversa, que foram reunidas e encadernadas num volume. O seu título original era *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado*. Compreendia, ao todo, 193 mapas. De entre eles podemos individualizar um conjunto de quinze plantas que pertencem à segunda metade do século XVI (como veremos a c. 1570):

Tabela 1. Plantas quinhentistas do *Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*

Plantas do Arquipélago da Madeira	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cosmographya de toda a Ilha da Madeira</i> • <i>Cidade do Funchal</i>
Plantas do Arquipélago dos Açores	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ilha de Santa Maria</i> • <i>Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel na cidade de Ponta Delgada</i> • <i>Yltheo de Vila Franca na Ilha de São Miguel</i> • <i>Ilha Terceira</i> • <i>Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorie</i> • <i>Ilha do Pico</i> • <i>Ilha do Fayal</i> • <i>Ilha Graciosa</i>
Plantas urbanas do continente	<ul style="list-style-type: none"> • <i>De Guimarães</i> • <i>De Vila do Conde</i> • <i>A Villa de Sezimbra</i>
Planta de estruturas militares	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Moura</i> • <i>Castelo Velho da Mina</i>

Fonte: AA.VV., 2016

Exceptuando as três últimas plantas (Sesimbra, Moura e Castelo Velho da Mina), as restantes ocupavam os doze primeiros fólios do *Atlas* de Diogo Barbosa Machado. Parece-nos claro que Diogo Barbosa Machado tinha conseguido perceber a maior antiguidade das primeiras plantas, por comparação com as restantes peças que reuniu, o que o levou a agrupá-las no início do seu *Atlas*. Mas esta circunstância,

de estarem agrupadas no início do seu *Atlas*, também pode indicar que elas tinham uma proveniência comum.

Vejam, então, as circunstâncias em que foi produzida uma parte significativa destas plantas.

Em 1566 a cidade do Funchal foi atacada por uma armada de sete navios franceses, comandada pelo corsário e nobre Pierre Bertrand de Monluc, filho do Marechal Blaise de Monluc. Pierre Bertrand era natural da Gasconha, onde nascera em 1539, e nesta zona recrutou os efectivos que o acompanharam na sua expedição, que partiu de Bordéus a 30 de Agosto de 1566. Chegou a Porto Santo a 2 de Outubro e ao Funchal a 3 de Outubro. Aqui viria a morrer a 6 de Outubro. A chegada dos navios franceses, transportando cerca de 1000 a 1200 arcabuzeiros, o desembarque dos corsários e as violências perpetradas encontram-se amplamente descritas por Gaspar Frutuoso, na sua obra *As Saudades da Terra*¹⁵. A armada francesa tinha sido guiada pelo marinheiro português Gaspar Caldeira, um «renegado» que, por isso mesmo, acabaria por ser enforcado em Lisboa, a 18 de Fevereiro de 1568¹⁶. O ataque corsário ao Funchal prolongou-se por quinze dias, durante os quais a ilha foi pilhada e destruída, terminando a 18 de Outubro, quando as forças francesas finalmente embarcaram. A notícia não demorou muito a chegar ao continente. A 8 de Novembro de 1566 o acontecimento já era comentado no Porto, como se depreende de documento exarado no *Corpus Codicum*, onde se transcreve uma missiva enviada pelo Cardeal D. Henrique, em nome do monarca, D. Sebastião, aos vereadores e homens bons do Porto:

*Juiz, Vereadores e Procurador da cidade do Porto. Eu El Rej vos envio muito saudar. Eu mando Vasco Lourenço de Barbuda pera da minha parte vos dar conta do que he acontecido na ilha da Madeira e do que convem a meu serviço que se ordene e faça pera bem de meus Vasalos e naturais [...] Scripta em Lisboa a oito de novembro de mil e quinhentos sesenta e seis. O Cardeal Infante*¹⁷.

Em socorro do Funchal foi organizada uma armada, composta por um galeão e 16 naus, que partiu de Lisboa, comandada por Sebastião de Sá (filho do Alcaide-Mor do Porto, João Rodrigues de Sá). Mas o socorro foi de escassa utilidade porque, quando chegaram ao Funchal, os corsários franceses já tinham partido há muito...

¹⁵ Os capítulos XLIV e XLV descrevem em pormenor os acontecimentos de Outubro de 1566 (FRUTUOSO, 1873: 247-272).

¹⁶ FRUTUOSO, 1873: 257; MENEZES, 1730: 362-365 (cap. CXXIV); BREHM, TRINDADE, 2020: 35.

¹⁷ *Corpus Codicum*, 1938: vol. IV, 96. Uma carta, com a mesma data e de teor semelhante, foi igualmente enviada para a Câmara de Vila do Conde a 8 de Novembro de 1566 (cf. AMVC, SOUSA *et al.*, coord., 1991: 153 (Doc. A-66)).

O ataque corsário ao Funchal teve uma enorme repercussão na sua época, causando viva impressão no reino¹⁸. No que concerne à história da arquitectura militar portuguesa, este episódio revestiu-se de uma importância fulcral. Com efeito, este acontecimento veio chamar a atenção para o escasso — quase nulo — investimento que o reino tinha feito nas chamadas «defesas marítimas» ou atlânticas. Em 1566 a quase totalidade das estruturas militares localizavam-se ao longo da raia seca, confinante com Espanha, e a linha de costa estava totalmente desguarnecida. As únicas excepções, em termos de estruturas militares modernas, eram as defesas de Lagos, com a sua muralha abaluartada dotada de orelhões, e o forte de S. Julião da Barra, que tinha sido iniciado, mas que estava muito longe de poder ser dado por concluído. Tudo o mais eram estruturas obsoletas, de época manuelina — como a Torre Velha da Caparica (Trafaria, Almada), a Torre do Outão (Setúbal) ou a Torre da Roqueta (Viana do Castelo) — e, mesmo essas, escassas em número. Se mais não fosse, os eventos de 1566 tiveram o condão de chamar a atenção do reino para esta situação, obrigando a coroa a tomar medidas.

Na sequência destes acontecimentos, o Cardeal D. Henrique, regente na menoridade de D. Sebastião, criou três missões que foram encarregadas de estudar e propor a fortificação da linha de costa portuguesa.

A primeira dessas missões dirigiu-se para as Ilhas Atlânticas (Madeira e Açores). Nela seguiam dois arquitectos italianos que então trabalhavam em Portugal: Tommaso Benedetto de Pésaro, que estava radicado em Portugal desde 1559, e Pompeu Ardício. Dois homens oriundos do Ducado de Urbino, uma área que, por essa altura, exercia alguma influência no devir da arquitectura portuguesa. A missão começou na Primavera de 1567, demorando-se 30 dias no Funchal, 40 dias em Ponta Delgada e 15 dias nas restantes ilhas. Em Agosto de 1567 estava de regresso a Lisboa¹⁹.

A segunda dessas missões dirigiu-se para o norte de Portugal, mais concretamente para o Entre-Douro-e-Minho, tendo à sua frente o arquitecto Simão de Ruão. Deslocou-se ao Porto, a Vila do Conde e a Viana, para planear as defesas das barras dos três principais rios do norte do reino: o Douro, o Ave e o Lima. Esteve no Porto em finais de 1567 e em Vila do Conde e em Viana nos inícios de 1568. Em resultado desta missão, para a foz do rio Douro foi planeado o Forte de S. João da Foz do Douro²⁰, implantado em torno da renascentista Igreja de S. João, erguida por encomenda de D. Miguel da Silva, com risco de Mestre Francesco de Cremona²¹. Para a foz do Ave foi decidido erguer o Forte de S. João Baptista de Vila do Conde,

¹⁸ *Vd.*, entre outros, BREHM, TRINDADE, 2020.

¹⁹ MOREIRA, 1986: 147.

²⁰ BARROCA, 2001: 59-97.

²¹ BARROCA, 2001: 17-55; AFONSO, 2018: 45-89.

talvez iniciado em 1571²². E, para a foz do Lima, foi planeado o Forte de Santiago da Barra, erguido junto da Torre da Roqueta, que passou a estar incluída dentro do seu perímetro.

Por fim, a terceira missão, encabeçada por Afonso Álvares, foi organizada um pouco mais tarde, em 1571, e dirigiu-se para o Alentejo e para o Algarve, com os mesmos propósitos — de indicar, ao monarca, as obras de defesa mais urgentes.

O conjunto das plantas relativas às ilhas atlânticas, que apontamos na Tabela 1, pode ser enquadrado na primeira destas missões, o que nos fornece um precioso indicador cronológico: foram criadas em 1566-1567.

Para algumas plantas conseguimos avançar com a sugestão dos seus autores: é o caso da planta da *Cidade do Funchal*, do *Castelo Velho da Mina*, do *Ilheo de Vila Franca na Ilha de São Miguel*, da *Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel na Cidade de Ponta Delgada*, da planta *A Villa de Sezimbra* e da planta da vila alentejana de *Moura*. O que têm em comum estas plantas? São todas plantas com estruturas militares — ou seja, foram plantas realizadas pelos arquitectos responsáveis pelo risco dessas obras.

Rui Carita demonstrou que a planta *Cidade do Funchal* é da autoria de Mateus Fernandes (III), encarregado pela coroa de planear as novas defesas do Funchal, depois do ataque corsário de Monsieur de Montluc, tendo o arquitecto permanecido aqui entre 1567 e 1572. Segundo o mesmo investigador, a planta teria sido criada c. 1570. O nome do seu autor encontra-se registado, em monograma, no ângulo inferior direito da planta, com as letras, entrelaçadas, do nome próprio MATEVS²³.

A planta de S. Jorge da Mina foi atribuída por Rafael Moreira a Lopo Machado, «mestre das obras da fortaleza da Mina» entre 1563 e 1578. Rafael Moreira data-a também de c. 1570²⁴.

As restantes quatro plantas — *Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel* [...], *Ilheo de Vila Franca* [...], *Moura* e *Sesimbra* — foram todas feitas pelo mesmo autor. Em 2014 sugerimos que o seu autor tivesse sido Tommaso Benedetto de Pésaro, que em 1567 foi enviado na missão às ilhas e que foi responsável pelas obras de fortificação da Ilha de S. Miguel²⁵.

Em síntese, para seis das quinze plantas quinhestistas do *Atlas* de Diogo Barbosa Machado temos dados, mais ou menos seguros, que apontam para a identificação dos seus autores. Mas, para nove dessas plantas continuamos a não conhecer o seu autor. Debrucemo-nos, então, sobre essas plantas, entre as quais se incluem, precisamente, as duas plantas urbanas do Norte de Portugal.

²² ALMEIDA, 2002: 220.

²³ CARITA, 1982.

²⁴ MOREIRA, 1994.

²⁵ BARROCA, 2014.

Do ponto de vista paleográfico é possível afirmar que estas nove plantas — a saber: a planta *De Vila do Conde*, a *De Guimarães*, a *Cosmographya de toda a Ilha da Madeira*, as plantas da *Ilha de Santa Maria*, a *Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorie*, a *Ilha Terceira*, a *Ilha Graciosa*, a *Ilha do Fayal* e a *Ilha do Pico* — saíram todas da mesma mão. A forma, elegante, como se grafaram os NN, os CC ou os RR, com pequenas linhas curvas na parte inferior, abrangendo as letras seguintes, constitui um verdadeiro *ex libris* do seu autor, uma marca de tal maneira identitária que não podemos deixar de atribuir este conjunto a uma mesma mão.

Analisando as marcas de água presentes nas plantas quinhentistas, conseguimos perceber que em quatorze (das quinze) plantas foram utilizados quatro tipos de papéis. Apenas num caso — a planta *Yltheo de Vila Franca na Ilha de São Miguel* — não foi possível verificar a existência de marca de água, porque a planta está colada num cartão, o que impede a análise em contraluz. As informações que conseguimos reunir no que concerne às marcas de água encontram-se sistematizadas na Tabela 2:

Tabela 2. Marcas de água do papel

Marca de água	Planta	Origem do papel
Árvore dentro de círculo encimada por estrela de seis pontas	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cosmographya de toda a Ilha da Madeira</i> • <i>Cidade do Fumchal</i> 	?
Coroa encimada por estrela de seis pontas	<ul style="list-style-type: none"> • <i>De Vila do Conde</i> 	Verona, 1556-1575
Roda com duplo círculo e oito segmentos duplos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ilha de Santa Maria</i> • <i>Ilha do Fayal</i> • <i>Ilha Graciosa</i> • <i>Castelo Velho da Mina</i> • <i>De Guimarães</i> 	?
Besta dentro de círculo	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel na cidade de Ponta Delgada</i> • <i>Ilha Terceira</i> • <i>Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorje</i> • <i>Ilha do Pico</i> • <i>Villa de Sezimbra</i> • <i>Moura</i> 	Roma, 1559-1565

Isto significa que o autor anónimo das já referidas nove plantas (a *De Vila do Conde*, a *De Guimarães*, a *Cosmographya de toda a Ilha da Madeira*, a planta da *Ilha de Santa Maria*, a *Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorie*, as plantas da *Ilha Terceira*, da *Ilha Graciosa*, da *Ilha do Fayal* e da *Ilha do Pico*) utilizou papéis de proveniências distintas, com as quatro marcas de água. Trata-se de papéis maioritariamente de origem italiana, com produções documentadas na década de 60 do século XVI.

Ou seja, do ponto de vista cronológico, as marcas de água sedimentam a atribuição temporal sugerida para estas plantas a partir de argumentos internos às próprias representações cartográficas.

Quem foi, então, o autor deste acervo extraordinário? E como se explica que lhe tenham sido encomendadas as plantas urbanas de Vila do Conde e da vila de Guimarães, a par das outras plantas, das ilhas atlânticas?

Começemos pela segunda pergunta, que é de mais fácil resposta... Ela radica naquilo que unia as vilas de Guimarães e de Vila do Conde nesses anos de 1560-70.

Em 23 de Agosto de 1536, D. Teodósio (1505-1563), que era o 5.º Duque de Bragança (desde 23 de Dezembro de 1532) e o 3.º Duque de Guimarães, confiou o título ducal de Guimarães a sua irmã, D. Isabel de Bragança (1511-1576), no âmbito dos acordos para o seu casamento com o Infante D. Duarte (filho de D. Manuel I)²⁶. O acordo previa que, se não tivessem descendência, o título vimaranense regressava à Casa de Bragança²⁷.

O Infante D. Duarte e D. Isabel de Bragança foram, assim, os 4.ºs Duques de Guimarães²⁸. Do seu casamento, que teve lugar em 1537, resultaram dois filhos: D. Catarina (1540-1614)²⁹ e D. Duarte (1541-1576)³⁰. D. Catarina casou com seu primo direito, D. João (1543-1583), 6.º Duque de Bragança (filho de D. Teodósio e de D. Isabel de Lancastre). Por seu turno, D. Duarte, que foi o 5.º Duque de Guimarães, recebeu o título ducal em 1541, no mesmo ano em que nasceu (uma vez que seu pai, o Infante D. Duarte, faleceu meses antes de este nascer)³¹. Foi Condestável do Reino, a partir de 1557, e morreu em Évora, a 28 de Novembro de 1576, sem casar e sem ter assegurado descendência³². Para além de Duque de Guimarães, D. Duarte foi ainda senhor de Vila do Conde, a partir de 1556. Ou seja, durante vinte anos, entre 1556 e 1576, Guimarães e Vila do Conde estavam nas mãos da mesma pessoa, o Duque D. Duarte. É nesta janela de duas décadas que se situam, precisamente, as duas plantas que temos vindo a referir.

Apesar de não ter residido no Norte, os contactos entre D. Duarte e a Câmara de Vila do Conde foram regulares e estreitos. Os documentos preservados no Arquivo Municipal revelam que o Duque acompanhava, pormenorizadamente, as decisões do governo municipal.

²⁶ RESENDE, 1789: 43-44.

²⁷ SOUSA, 1739: t. VI, 7-9; FREIRE, 1973: vol. 3, 401-402.

²⁸ SOUSA, 1737: t. III, 249-255; RESENDE, 1789.

²⁹ SOUSA, 1737: t. III, 255-258.

³⁰ SOUSA, 1737: t. III, 258-259; FREIRE, 1973: vol. 3, 407.

³¹ Conforme diz André de Resende, a Duquesa estava grávida de quatro meses quando o Duque faleceu, em 1541 (RESENDE, 1789: 61).

³² Depois da sua morte, o Ducado de Guimarães deveria regressar à Casa de Bragança. A coroa, no entanto, procurou evitar a todo o custo que isso assim acontecesse, o que só veio a verificar-se já no séc. XVII (cf. CUNHA, 2000: 205-206).

Julgamos que foi neste contexto que as plantas de Guimarães e de Vila do Conde foram encomendadas, e que essa iniciativa partiu do 5.º Duque de Guimarães, D. Duarte. Os elementos de datação apontam para a década de 60 do séc. XVI:

- A planta *De Guimarães* (Fig. 1) terá sido elaborada algures entre 1562 (uma vez que o convento de Santa Clara já é representado como obra terminada, o que aconteceu a 12 de Agosto desse ano) e 1570 (dado que ainda se representa a primitiva capela de S. Sebastião, demolida nesse ano)³³. Para além desta capela são igualmente cartografadas as Capelas de Santa Cruz, de Santa Luzia, do Salvador e de S. Lázaro. A Colegiada de N.ª S.ª da Oliveira é representada com o claustro envolvendo o templo gótico (sendo o claustro uma iniciativa de D. Diogo Pinheiro, que ocupou o cargo de prior da Colegiada entre 1503 e 1514), e na praça fronteira ao templo (na qual se registam pórticos ou galerias alpendradas, que se prolongavam pela Rua dos Mercadores), vê-se o Chafariz (adossado à Torre Sineira, que o restauro da DGEMN eliminou), o Cruzeiro (erigido em 1342) e uma oliveira. No Toural, praça que resultou da reorganização de um «campo» extramuros, ainda não se representa o chafariz, da autoria de Gonçalo Lopes, erguido em 1583. Na parte alta da vila, junto do Paço Ducal, é representado o Castelo de Guimarães (com o Paço dos Alcaldes, no seu interior) e a Igreja de S. Miguel do Castelo, identificada como sendo a Igreja de «Santa Margarida», como foi conhecida durante algum tempo, com o seu alpendre. Em frente a ela, e a curta distância, assinala-se a Confraria e Hospital de Santa Margarida (com a legenda «espital»)³⁴.
- A planta *De Vila do Conde* (Fig. 2) terá sido criada entre 1561 e 1566-67: a Igreja Matriz já é representada com a Capela de S. Miguel-o-Anjo, instituída por Vicente Folgueira e sua mulher em 1561³⁵, e com a Capela dos Mareantes, instituída em 1542³⁶, mas ainda não apresenta a Torre Sineira, na sua fachada, cuja construção, segundo risco de João Lopes, o Moço, foi decidida em 1573³⁷. Por seu turno, o Convento de S. Francisco ainda não ostenta as suas capelas laterais, a primeira das quais, a de St.º António, foi instituída em 1566 por D. Estêvão Ferreira d'Eça, senhor de Cavaleiros, e concluída em 1567. A planta apresenta, ainda, a Igreja da Misericórdia, iniciada em 1525, e as Capelas de St.º Amaro e de S. Sebastião. São representados os primitivos paços municipais, localizados na Praça Velha, mas também já se incluem os

³³ FERNANDES, 2021.

³⁴ Cf. FERNANDES, 2021; FERNANDES, 2020: 79.

³⁵ BARROCA, 2017: Insc. n.ºs 9 e 10.

³⁶ BARROCA, 2017: Insc. n.º 6; SOUSA, 2013: 67.

³⁷ SOUSA, 2013: 62-66.

novos Paços Municipais, erguidos entre 1538 e 1543³⁸. Importa aqui ressaltar que, neste intervalo de tempo, a barra do Ave, junto a Vila do Conde, ainda não tinha forte. O mesmo seria decidido durante a viagem de Simão de Ruão ao Norte. A 26 de Abril de 1570 D. Sebastião enviou João Gomes da Silva a Vila do Conde, para começar a tratar, com a Câmara, da construção da fortificação³⁹, mas a obra apenas terá arrancado em 1571⁴⁰.

Ou seja, cruzando as datas extremas fornecidas pela análise dos edifícios representados nas duas plantas urbanas do Norte de Portugal, podemos definir que as duas plantas foram criadas c. 1562-1566. Nessa altura, o senhorio das duas vilas estava confiado a D. Duarte. Não temos, por isso, grandes dúvidas em afirmar que as plantas *De Guimarães* e *De Vila do Conde* resultam de uma mesma encomenda — feita por D. Duarte, 5.º Duque de Guimarães e senhor de Vila do Conde.

Rafael Moreira sugeriu que a planta de Vila do Conde (tal como a de Sesimbra, que integra o mesmo *Atlas Factício*) tinha sido criada no âmbito do planeamento de obras militares, que, no caso de Vila do Conde, seria a fortificação da foz do rio Ave⁴¹. Acrescentava que a planta de Vila do Conde estaria truncada a Ocidente, e que esse corte, feito posteriormente, tinha sido intencional, para se eliminar a parte da planta que tinha o projectado Forte de S. João Baptista, elemento gráfico mais sensível e de interesse estratégico. Mas, como se pode verificar por uma análise mais atenta, na realidade a planta *De Vila do Conde* não está truncada a Ocidente (mas sim a Sul...). Tem, de resto, uma escala gráfica (muito delida) junto do ângulo superior esquerdo, o que garante que está completa a Ocidente. E, tal como a *De Guimarães*, tem uma segunda escala gráfica na parte inferior da planta, à direita, no meio do casario, um pouco a norte do Convento de S. Francisco. Ou seja, estas são plantas de trabalho, que não eram destinadas a ser colocadas na vertical, numa parede, mas a estar na horizontal, pousadas sobre a mesa, sendo lidas a partir de variadas orientações e posicionamentos do leitor. No entanto, devemos sublinhar que, se nesta planta, no lateral esquerdo (correspondente a Ocidente), não encontramos qualquer traço truncado, já na orla inferior (correspondente a Sul) encontramos evidentes sinais de que os traços se prolongavam, pelo que, também na sua estrutura, a organização e posicionamento dos seus elementos, ambas plantas foram pensadas de forma similar, sensivelmente como se esboçou de forma esquemática (Fig. 3).

³⁸ BARROCA, 2017: Insc. n.º 7; SOUSA, 2013: 72-73. Sobre o arranque das obras da Igreja da Misericórdia, em 1525, vd. AA. VV., 2010: 27-28.

³⁹ AMVC, SOUSA *et al.*, coord., 1991: Doc. A-73; vd. Também: ALMEIDA, 2002: 220.

⁴⁰ Amélia Polónia datou esta planta entre «a década de 50 e a de 70» do século XVI (POLÓNIA, 2007). Por seu turno, Rafael Moreira atribuiu-a a c. 1568-1570 (MOREIRA, 1994: 152-153).

⁴¹ MOREIRA, 1994.

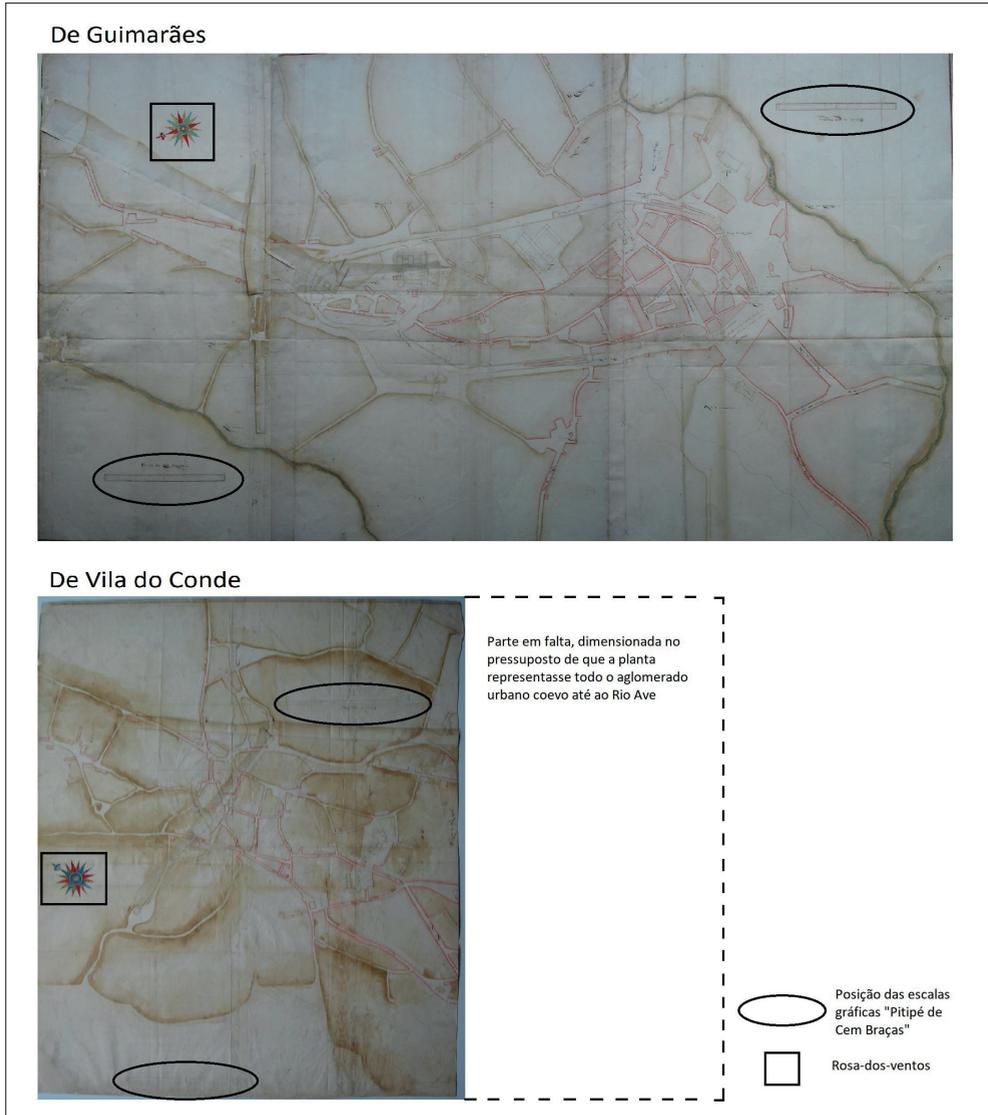


Fig. 3. Análise comparativa das duas plantas, com reconstituição da área ausente da planta de Vila do Conde

Assim, podemos concluir que a planta está truncada, não para Ocidente, como entendia Rafael Moreira, mas sim para Sul, na direcção do Ave, pelo que a realização desta planta não parece resultar do planeamento de obras militares — como referimos, o Forte de S. João Baptista ainda não existia nem sequer estava planeado — mas deve, em vez disso, responder a uma outra motivação.

A planta *De Guimarães* tem diversas afinidades com a sua congénere vilacondense, começando, desde logo, pelo tipo e valor da escala («PITIPÉ DE CEM BRAÇAS»),

representado em ambas de forma gráfica e convertível, para o sistema métrico decimal, em cerca de 1:1100. É certo que a planta *De Guimarães* é substancialmente maior do que a *De Vila do Conde*: a planta *De Guimarães* mede 83,4 x 154 cm; a planta *De Vila do Conde* mede 85,5 x 71 cm⁴². Mas, como vimos, esta última está truncada... Em todo o caso, a largura máxima do suporte não difere muito: num caso, 83,4 cm, no outro 85,5 cm. Contudo, as afinidades não se ficam por aí. As tintas usadas são idênticas e a simbolização utilizada para representar quarteirões urbanizados (contornados a tinta rosa) mas sem representar todas as construções (reservando as plantas de pormenor apenas para os edifícios mais significativos — capelas, igrejas, mosteiros, casa de câmara...), são comuns nas duas plantas. Mais, ainda, a similitude no desenho e nas cores das rosas-dos-ventos, bem como na construção dos títulos e na respectiva localização (no verso), contribuem para denunciar que as duas plantas são formalmente iguais, variando apenas no conteúdo, naturalmente. Do ponto de vista paleográfico, não temos dúvidas em afirmar que foi a mesma mão que as traçou, pelo que pensamos que, pelas evidentes afinidades que as unem, as duas plantas — a *De Guimarães* e a *De Vila do Conde* — resultaram de uma mesma encomenda e que a explicação para a mesma não reside no planeamento de obra militar. Guimarães não se localiza junto da orla atlântica e nunca recebeu, nem teve planeadas, obras de fortificação... A explicação para estas encomendas tem de ser outra. As duas plantas são, acima de tudo, um instrumento de gestão dos espaços urbanos, encomenda do Duque D. Duarte, um homem particularmente atento à gestão do seu património urbano.

Mesmo que nunca (ou raramente) tenha vindo ao Norte, o Duque D. Duarte revelou um enorme interesse pelo que acontecia nos seus domínios. O cuidado que o Duque D. Duarte evidenciou no que respeita à gestão do seu património urbano encontra-se bem espelhado no Arquivo Municipal de Vila do Conde, onde se conservam 31 cartas enviadas por D. Duarte para a Câmara de Vila do Conde, entre 27 de Maio de 1568 e 3 de Agosto de 1576, revelando como ele estava a par dos mais ínfimos pormenores da governação municipal⁴³.

Quanto à autoria destas notáveis plantas, julgamos que também aqui é possível avançar com alguns dados novos. O nome que nos ocorre é o de Simão de Ruão, arquitecto de prestígio no reino, filho do conhecido João de Ruão e de sua mulher, Isabel Pires⁴⁴.

Simão de Ruão esteve no Norte de Portugal, enviado pelo Cardeal D. Henrique, quando este ordenou a Missão que veio planear as defesas litorais das barras do rio

⁴² AA. VV., 2016: n.º 61 e 62; FERNANDES, 2021.

⁴³ Cf. AMVC, SOUSA *et al.*, *coord.*, 1991: Docs. A-68, A-69, A-71, A-73, A-75, A-76, A-77, A-78, A-80, A-81, A-82, A-83, A-84, A-85, A-87, A-88, A-90, A-93, A-94, A-95, A-96, A-98, A-99, A-100, A-101, A-102, A-104, A-105, A-106, A-107 e A-108, 154-159.

⁴⁴ VITERBO, 1899-1922: vol. III, 433-434.

Douro (Porto), do rio Ave (Vila do Conde) e do rio Lima (Viana). A sua estadia prolongou-se, como vimos, entre os finais de 1567 e os primeiros meses de 1568. A ele se devem os primeiros riscos dos fortes de S. João da Foz do Douro e de São João Baptista de Vila do Conde, realizados em 1567 e 1568 (cujas obras, ambas atribuídas, arrancariam a 16 de Agosto de 1570 e em 1573, respectivamente)⁴⁵. Na foz do Lima planearia a localização da fortificação de Santiago, erguida em redor da Torre manuelina da Roqueta. Em 1569, Simão de Ruão deslocou-se para a Índia, onde foi servir o Vice-Rei D. Luís de Ataíde, cujo primeiro mandato se prolongou entre 10 de Setembro de 1568 e 6 de Setembro de 1571. Um documento publicado por Sousa Viterbo parece indiciar que a 13 de Novembro de 1568 Simão de Ruão ainda estava no reino, mas, nas palavras do Vice-Rei, já decidido a «me ir servir às partes das Índias»⁴⁶. Permaneceu no Oriente vários anos, circunstância que explica o escasso eco que o seu nome encontra na documentação da época, bem menor que seu pai, o conhecido João de Ruão⁴⁷, ou seu irmão, Jerónimo de Ruão⁴⁸. Era, no entanto, arquitecto de prestígio, como se deduz do convite que D. Luís de Ataíde lhe endereçou.

Se a nossa sugestão estiver correcta, Simão de Ruão terá realizado as duas plantas urbanas — a planta *De Guimarães* e a planta *De Vila do Conde* — algures na primeira metade da década, entre 1561/62 e 1565/66, a tempo de ir na missão atlântica de 1567, que estava de regresso a Lisboa em Agosto de 1567. E assim se explicaria melhor a escolha do seu nome para chefiar a Missão que o Cardeal D. Henrique, regente em nome de D. Sebastião, enviou ao Entre-Douro-e-Minho, em finais de 1567 e inícios de 1568: afinal era um bom conhecedor da região, onde já tinha trabalhado num passado recente...

A criação das plantas *De Guimarães* e *De Vila do Conde* não resulta, como vimos, de preocupações estratégicas. Como referimos, quando a planta de Vila do Conde foi elaborada, o Forte de S. João Baptista não estava sequer planeado. E Guimarães nunca recebeu — nem tão pouco teve planeada — obra de fortificação moderna. Devemos, por isso, direcionar a nossa atenção para outra ordem de argumentos.

As duas plantas revelam-nos um rigor na representação do espaço urbano assinalável e adequado à sua escala, apresentando-se ambas como instrumentos técnicos altamente qualificados, para a época, cuja intencionalidade explica os rigorosos perfis topográficos, rebatíveis, colados nas plantas nos respectivos traçados (dois em cada planta) (Figs. 4 e 5), assim como justifica as referências altimétricas relativas, registadas no campo *O Toural*, no caso da planta de Guimarães⁴⁹.

⁴⁵ BARROCA, 2001.

⁴⁶ VITERBO, 1899-1922: vol. 2, 433.

⁴⁷ VITERBO, 1899-1922: vol. 2, 424-433.

⁴⁸ VITERBO, 1899-1922: vol. 2, 419-424.

⁴⁹ Aí se pode ler: «está este chaõ mais baixo q. o tabol.º dos paços 140 p. [pés] e mais alto q. ho de S. Lazaro 140 p. [pés]».



Fig. 4
Pormenor dos perfis rebatíveis
da planta *De Guimarães*



Fig. 5
Pormenor dos perfis rebatíveis
da planta *De Vila do Conde*

Nas duas plantas, os quarteirões urbanizados são assinalados com a mesma linguagem gráfica: contornados a cheio com linha rosa e com o interior tintado de forma esbatida com a mesma cor. Apenas foi dada alguma atenção aos edifícios «singulares», que são representados em planta. Foi o caso dos templos (igrejas paroquiais, edifícios monásticos ou conventuais, com seus claustros e suas dependências, ou simples capelas), das instalações de assistência (hospitais, misericórdias), dos edifícios municipais (em Vila do Conde a primitiva câmara e os novos Paços concelhios, iniciados em 1538 e concluídos em 1543). E foi reservada uma atenção especial às questões relacionadas com o abastecimento de água, sempre vitais em espaços urbanos: na planta *De Guimarães* encontramos cartografadas a Fonte de Santa Cruz, a Fonte do Abade e a Fonte das Ameias; na planta *De Vila do Conde*, a Fonte da Vila e a Fonte das Donas. Todas estas informações, cartografadas de forma individualizada, revelam-nos como estas plantas, mais do que representações dos espaços urbanos, são poderosos instrumentos de gestão. Por isso, a par de edifícios monumentais, surgem

as simples fontes. Resultando de uma encomenda do Duque D. Duarte, estas plantas espelham o empenho e o interesse que o Duque manteve em acompanhar, de perto, as decisões de gestão dos seus principais domínios urbanos. E, nesse sentido, julgamos que as duas plantas nunca estiveram em Guimarães e em Vila do Conde, mas que pertenceram sempre ao arquivo pessoal do Duque, que viveu sobretudo em Lisboa e em Évora, onde veio a falecer. E assim se compreende que, dois séculos volvidos sobre a sua morte, um erudito religioso setecentista, Diogo Barbosa Machado, tivesse conseguido adquirir estes dois documentos ímpares, incorporando-os na sua preciosa biblioteca. Não os terá obtido nos arquivos municipais de Guimarães e de Vila do Conde, mas no arquivo pessoal do Duque.

Em síntese, as plantas *De Guimarães* e *De Vila do Conde*, que apresentam a mesma estruturação formal — a mesma escala e tipo de simbolização, bem como idêntica organização e posicionamento dos seus elementos — foram pensadas e elaboradas de forma similar, presumivelmente por Simão de Ruão, entre c. 1562-1566, como resposta a encomenda de D. Duarte, 5.º Duque de Guimarães e senhor de Vila do Conde (cargos que deteve, cumulativamente, entre 1556 e 1576).

D. Duarte, homem avisado e particularmente atento à gestão do seu património, terá pretendido e encarado as plantas *De Guimarães* e *De Vila do Conde* enquanto instrumentos de gestão dos espaços urbanos representados, promovendo a realização de dois documentos cuja riqueza de informação, rigor e raridade os consubstanciam em notáveis e incontornáveis documentos para o estudo e cuidada gestão dos centros históricos de hoje.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (2010). *Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde. Um legado. 1510-1975*. Vila do Conde: SCMVC, vol. 1.
- AA. VV. (2016). *Mapas do Reino de Portugal e suas Conquista. Catálogo do Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- AFONSO, José Ferrão (2018). *A Herança do Muratore. Francesco de Cremona, Manuel Luís e a arquitetura do noroeste de Portugal no século XVI*. Porto: Dafne Editora.
- AFONSO, José Ferrão; OLIVEIRA, Marta M. Peters Arriscado de; RAMOS, Sílvia (2013). *Guimarães ad radicem montis Latito*. «Monumentos». Vol. 33, 6-19.
- ALMEIDA, Pedro Brochado de (2002). *O Forte de S. João Baptista de Vila do Conde: um longo processo de obras*. In *O Litoral em perspectiva histórica (Séculos XVI a XVIII)*. Porto: IHM-UP, pp. 217-224.
- AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985). *Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)*. «Revista de História». Vol. 6, 7-96.
- AMVC. Arquivo Municipal de Vila do Conde; SOUSA, Fernando *et al.*, coord. (1991). *Arquivo Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- BARBOSA, Diogo Machado de (1741-1759). *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Chronologica* [...]. Lisboa: Oficina de António Isidoro da Fonseca, 4 vols. (2.ª ed., Coimbra: Atlântida Editora, 1965).
- BARROCA, Mário Jorge (2001). *As Fortificações do Litoral Portuense*. Lisboa: INAPA.

- BARROCA, Mário Jorge (2014). *Representações de espaços urbanos no noroeste de Portugal nos alvares da Época Moderna*. In VIGO TRASANCOS, Alfredo, dir. *La Ciudad y la Mirada del Artista. Visiones desde el Atlántico*. Santiago de Compostela: Teófilo Edicions, pp. 419-454.
- BARROCA, Mário Jorge (2017). *Inscrições medievais e modernas de Vila do Conde (Séculos XV a XVIII)*. «Portvgalia». Nova Série. Vol. 38, 127-176.
- BREHM, António; TRINDADE, Cristina (2020). *O Saque ao Funchal em 1566 e as suas repercussões no reinado de D. Sebastião*. «Arquivo Histórico da Madeira». Nova Série. N.º 2, 15-79.
- CARITA, Rui (1982). *Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c. 1570)*. «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra». Tomo 37, 57-108.
- CORPUS CODICUM Latinorum et Portugalesium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1938, vol. IV.
- CUNHA, Mafalda Soares da (2000). *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FARIA, Maria Dulce de (2003). *A planta de Guimarães do Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*. «Anais da Biblioteca Nacional». Tomo 123, 229-236.
- FARIA, Maria Dulce de (2011). *O Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*. In *Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais e Arquivos do Museu de História Natural, pp. 179-183.
- FERNANDES, Isabel Maria (2020). *Igreja de S. Miguel do Castelo*. Guimarães: Associação dos Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2007). *Guimarães: Cartografia Urbana Histórica e Reabilitação Urbana*. In *Atas do VI Congresso da Geografia Portuguesa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 30 dez. 2023]. Disponível em <https://apgeo.pt/files/docs/CD_VI_Congresso_APG/actas/autoresefe8.html?aut=M%E1rio%20Gon%E7alves%20Fernandes>.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2009). *Novas notas para a história da cartografia urbana e da morfologia urbana de Guimarães*. In *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Universidade do Minho, t. 4, pp. 115-133.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2021). *As plantas 'De Guimarães' e 'De Vila do Conde' da Biblioteca Nacional do Brasil*. In FERNANDES, Mário Gonçalves, org. *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 3-15. [Consult. 30 dez. 2023]. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18367.pdf>>.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973). *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed. Lisboa: INCM, 3 vols.
- FRUTUOSO, Gaspar (1873). *As Saudades da Terra. História das Ilhas de Porto Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*. Funchal: Typografia Funchalense.
- GRAÇA, Maria Inês Lourenço (2022). *O ciclo construtivo da Casa de Bragança nos séculos XV e XVI: os seus paços ducais em Guimarães e Lisboa*. Guimarães: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- MENEZES, D. Manuel de (1730). *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião, decimosexto rey de Portugal [...]*. Lisboa: Officina Ferreyriana.
- MOREIRA, Rafael (1986). *A Arquitectura Militar*. In SERRÃO, Vítor, coord. *O Maneirismo*. Lisboa: Edições Alfa, pp. 137-151. (História da Arte em Portugal; vol. 7).
- MOREIRA, Rafael (1994). *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: CNCDP.
- MOREIRA, Rafael (1997). *Uma planta de Sesimbra de cerca de 1568-1570*. In SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor. *Sesimbra monumental e artística*. 2.ª ed. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 189-194.
- OLIVEIRA, Maria Manuel; GRAÇA, Maria Inês (2017). *O Paço dos Duques de Bragança. Contribuição da planta de Guimarães para o seu estudo*. «Guimarães. C. Visível». Vol. 5, 22-31.

- POLÓNIA, Amélia (2007). *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local. O porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: INCM.
- RESENDE, André de (1789). *Vida do Infante Dom Duarte pelo Mestre André de Rezende, mandada publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Real Academia das Ciências.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUSA, D. António Caetano de (1737). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real. Tomo III (reed. fac-similada, Coimbra, 1949).
- SOUSA, D. António Caetano de (1739). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real. Tomo VI (reed. fac-similada, Coimbra, 1949).
- SOUSA, Eliana (2013). *Vila do Conde no início da Época Moderna. Construção de uma nova centralidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa (1899-1922). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses [...]*. Lisboa: Imprensa Nacional. 3 vols. (reed. fac-similada, Lisboa: INCM, 1989).

